

ANDRÉ LUIZ MORO BITTENCOURT

# MANUAL DOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE LABORAL E DEFICIÊNCIA

---

---

5ª Edição  
Revista, Atualizada e Ampliada





Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná  
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br  
**www.alteridade.com.br**

#### Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon	Jairo Enrique Herrera Pérez
Claudia Rosane Roesler	Jairo Gilberto Schäfer
Daniela Cademartori	José Antonio Savaris
Fabiano Hartmann Peixoto	Marcos Garcia Leite
Guido Aguila Grados	Luis Alberto Petit Guerra
Ingo Wolfgang Sarlet	Paulo Márcio Cruz
Isaac Reis	Zenildo Bodnar

---

B624

Bittencourt, André Luiz Moro  
Manual dos benefícios por incapacidade laboral e deficiência  
/ André Luiz Moro Bittencourt. – 5. ed. rev., atual. e ampl.  
Curitiba: Alteridade Editora, 2023.  
644p; 16x23cm

ISBN 978-65-89533-50-4

1. Direito previdenciário. 2. Incapacidade - Avaliação.  
3. Previdência social. 4. Aposentadorias - Benefícios.  
I. Título.

CDD 344.032(22.ed)  
CDU 349.3

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9/626  
Diagramação: Paulo H. Benczik  
Capa: Jonny M. Prochnow

# SUMÁRIO

Agradecimentos .....	5
Nota do Autor - 5ª Edição .....	7
Nota do Autor - 4ª Edição .....	9
Nota do Autor - 3ª Edição .....	13
Nota do Autor - 2ª Edição .....	15
Nota do Autor .....	17
<b>Capítulo 1 - DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....</b>	<b>25</b>
1.1 - A dignidade da pessoa humana e seus reflexos no sistema de proteção social .....	25
1.1.1 - O adequado enquadramento da dignidade da pessoa humana dentro da Constituição Federal de 1988 .....	25
1.1.2 - Os reflexos no sistema de Assistência Social .....	31
1.1.3 - Os reflexos no sistema de Previdência Social .....	36
<b>Capítulo 2 - DA DEFICIÊNCIA E DA INCAPACIDADE.....</b>	<b>39</b>
2.1 - Ponto de partida: da diferença entre deficiência e incapacidade.....	39
2.1.1 - Da deficiência .....	39
2.1.1.1 - Dos aspectos introdutórios.....	40
2.1.1.2 - Da configuração da deficiência segundo a convenção: aspectos iniciais....	41
2.1.1.3 - Do conceito, extensão e alcance dos tratados e convenções internacionais.....	43
2.1.1.4 - Dos tratados e convenções e sua hierarquia no ordenamento jurídico brasileiro .....	45
2.1.1.5 - A Emenda Constitucional n. 45/2004 e seus reflexos na hierarquia dos tratados na ordem interna brasileira .....	47
2.1.1.6 - Da convenção dos direitos da pessoa com deficiência .....	49
2.1.1.7 - Da possibilidade de norma advinda de Emenda Constitucional ser enquadrada como direito fundamental .....	50
2.1.1.8 - Da convenção de Nova Iorque e sua interpretação em face do ordenamento jurídico brasileiro .....	51
2.1.1.9 - Da deficiência ao longo do tempo.....	52

2.1.1.10 - Da evolução legislativa .....	53
2.1.1.10.1 - Deficiência no Decreto n. 3.298/99 .....	53
2.1.1.10.2 - Quebra do paradigma do conceito clínico de deficiência .....	54
2.1.2 - Da incapacidade.....	56
2.1.2.1 - Aspectos iniciais.....	56
2.1.2.2 - Conceito.....	57
2.1.2.3 - Incapacidade social .....	74
2.1.2.4 - Incapacidade social e HIV/Aids .....	79
<b>Capítulo 3 - DOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE .....</b>	<b>87</b>
3.1 - Aspectos comuns.....	87
3.1.1 - Da carência.....	89
3.1.2 - Da inexistência de contribuições e das contribuições realizadas em atrasado e seus reflexos na carência para percepção de benefícios.....	95
3.1.3 - Do marco inicial para contagem da carência .....	100
3.1.4 - Da qualidade de Segurado e seus reflexos nos benefícios por incapacidade.....	102
3.1.5 - Perda de qualidade de Segurado e quantidade de meses necessários para obtenção de benefício previdenciário .....	104
3.1.5.1 - Da segurança jurídica e a alteração reiterada do texto legal e da não conversão da Medida Provisória em lei e suas consequências .....	108
3.1.5.2 - Do princípio da <i>tempus regit actum</i> e sua aplicação relacionada ao direito adquirido .....	114
3.1.5.3 - Das demais circunstâncias para correta verificação do direito ao benefício em caso de retorno ao sistema de proteção social.....	117
3.1.6 - Da existência de doença ou lesão em momento anterior ao ato de filiação .....	122
3.1.7 - Da impossibilidade de agendamento para alguns benefícios por incapacidade..	130
3.1.8 - Da possibilidade de processamento de benefício de ofício pelo INSS.....	132
3.2 - DO BENEFÍCIO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA .....	138
3.2.1 - Da atividade habitual e do trabalho .....	141
3.2.2 - Da data de início do benefício .....	148
3.2.3 - Do exercício de atividade remunerada no período da incapacidade .....	150
3.2.4 - Segurado empregado e retorno da situação incapacitante após alta .....	160
3.2.5 - Do benefício de incapacidade temporária parental .....	162
3.2.6 - Do valor do benefício .....	172
3.3 - DOS ASPECTOS PRÁTICOS .....	179
3.3.1 - Da esfera administrativa .....	180
3.3.1.1 - Aspectos iniciais – prévio requerimento administrativo .....	180
3.3.1.2 - Demais situações .....	189
3.3.2 - Alta programada .....	193
3.3.2.1 - A Alta Programada até o advento da Medida Provisória n. 739/2016 .....	195
3.3.2.2 - A Alta Programada após o advento da Medida Provisória n. 739/2016 .....	198
3.3.3 - Da permanência da situação incapacitante .....	210
3.3.3.1 - Do pedido de prorrogação.....	210
3.3.3.2 - Pedido de reconsideração.....	213
3.3.4 - Aspectos do processo administrativo .....	214

3.3.4.1 - Do comparecimento em agência.....	214
3.3.4.2 - Da possibilidade de acompanhamento da perícia administrativa .....	221
<b>3.4 - DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO X NEGATIVA DE RETORNO AO TRABALHO PELA EMPRESA – LIMBO PREVIDENCIÁRIO.....</b>	<b>222</b>
<b>3.5 - DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE.....</b>	<b>227</b>
3.5.1 - Noções gerais.....	229
3.5.2 - Da data de início do benefício .....	231
3.5.3 - Do valor do benefício .....	236
3.5.3.1 - Do fato gerador ocorrido até vigência da Emenda Constitucional n. 103/2019 .....	236
3.5.3.2 - Do fato gerador ocorrido a partir da vigência da Emenda Constitucional n. 103/2019.....	238
3.5.3.3 - Da (in)constitucionalidade da nova metodologia de cálculo dos benefícios por incapacidade permanente com fato gerador ocorrido a partir da vigência da Emenda Constitucional n. 103/2019 .....	241
3.5.4 - O conceito de invalidez.....	257
3.5.5 - Do adicional de 25% aos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente.....	267
3.5.5.1 - Da possibilidade de extensão do adicional de 25% aos demais benefícios .....	270
3.5.6 - Da recuperação da capacidade e do saldo remanescente.....	276
3.5.7 - Da conversão do benefício de incapacidade temporária e da aposentadoria por incapacidade permanente em aposentadoria por idade ou tempo de contribuição e da contagem do tempo de benefício como contribuição e carência.....	286
3.5.8 - Da conversão da aposentadoria por idade ou tempo de contribuição em aposentadoria por incapacidade permanente.....	303
<b>3.6 - DO AUXÍLIO-ACIDENTE.....</b>	<b>306</b>
3.6.1 - Traços elementares .....	306
3.6.1.1 - Situações que amparam a concessão do benefício.....	308
3.6.2 - Destinatários.....	314
3.6.3 - Requisitos.....	321
3.6.4 - Do valor do benefício .....	329
3.6.5 - Do início do benefício.....	330
3.6.6 - Da percepção do auxílio-acidente e sua relação com a qualidade de Segurado .....	336
3.6.7 - Cumulação do benefício .....	347
3.6.8 - Grau da lesão.....	369
3.6.9 - Perda auditiva .....	371
3.6.10 - Da suspensão e da cessação.....	374
<b>3.7 - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>376</b>
<b>Capítulo 4 - DA HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>377</b>
4.1 - Aspectos iniciais .....	377
4.1.1 - Da habilitação e reabilitação – diferenças .....	377

4.1.2 - Da habilitação e reabilitação profissional como instrumento de inclusão.....	379
4.1.3 - Conceito .....	380
4.1.4 - Destinatários.....	381
4.1.5 - Objetivos .....	381
4.1.6 - Forma de realização .....	382
4.1.7 - Da obrigatoriedade.....	387
4.1.8 - Da carência.....	391
4.1.9 - Da análise quanto à viabilidade.....	391
4.1.10 - Da conclusão do processo.....	393
<b>Capítulo 5 - DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>397</b>
5.1 - Questões introdutórias .....	397
5.1.1 - Dos destinatários .....	399
5.1.2 - Do polo passivo.....	404
5.1.3 - Dos requisitos para concessão ao benefício de prestação continuada a Pessoa com Deficiência .....	407
5.1.4 - Conceito de deficiência.....	408
5.1.5 - Da caracterização da deficiência para fins de concessão de benefício .....	408
5.1.6 - Da caracterização da (miserabilidade?) para fins de concessão de benefício....	423
5.1.6.1 - Dos meios de comprovação da vulnerabilidade social .....	438
5.1.7 - Da renda e do grupo familiar.....	446
5.1.8 - Do novo instrumento de verificação de aferição em decorrência da evolução do conceito de deficiência .....	457
5.1.9 - Da impossibilidade de cumulação de benefício de prestação continuada com outra espécie de benefício.....	468
5.1.10 - Da suspensão, cancelamento e outras condicionantes .....	480
5.1.11 - Do recebimento .....	484
5.1.12 - O advento da Lei n. 14.176/2021.....	486
<b>Capítulo 6 - ASPECTOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>491</b>
6.1 - Do processo judicial .....	491
6.1.1 - Da Lei 14.331/22 e os requisitos específicos da petição inicial em benefícios por incapacidade .....	494
6.1.2 - Da Lei 14.331/22 e as questões envolvendo o pagamento da perícia .....	504
6.1.3 - Da possibilidade de concessão de benefício sem realização de perícia pelo INSS .....	509
6.2.1 - Das provas.....	510
6.2.1.1 - Aspectos introdutórios.....	510
6.2.1.2 - Da prova como fundamento constitucional .....	515
6.2.1.3 - Do conceito de prova .....	519
6.2.1.4 - Do ônus probatório e a possibilidade de distribuição dinâmica da prova ..	522
6.2.1.5 - Dos processos previdenciários envolvendo incapacidade e deficiência .....	525
6.2.1.6 - Das provas possíveis para comprovação da incapacidade e deficiência....	527
6.2.1.7 - Do momento para apresentação da prova.....	532
6.2.1.8 - Da (im)possibilidade de realização de prova em sede recursal.....	536

6.2.2 - Do novo conceito de incapacidade e seus mecanismos de verificação por perícia .....	540
6.2.2.1 - Da perícia e seus aspectos controvertidos – aspectos introdutórios .....	545
6.2.2.2 - Da prova pericial .....	549
6.2.2.3 - Da perícia médica e a (im)possibilidade de realização por outros profissionais.....	554
6.2.2.4 - Da realização da perícia por especialista .....	560
6.2.2.5 - Da realização por mais de um profissional .....	568
6.2.2.6 - Da (não)obrigatoriedade de realização da perícia .....	571
6.2.3 - Das demais considerações que envolvem o perito .....	578
6.2.3.1 - Da realização da prova pericial.....	579
6.2.4 - Dos deveres do perito.....	584
6.2.5 - Do assistente técnico .....	591
6.2.6 - Da fundamentação da conclusão .....	594
6.2.6.1 - Do livre convencimento motivado .....	596
<b>Capítulo 7 - A COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS NOS BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE E NO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>603</b>
7.1 - Da diferença entre os benefícios concedidos em decorrência da COVID-19 .....	603
7.1.1 - Da evolução legislativa das normas especiais para o enfrentamento da Covid-19 em matéria de benefícios por incapacidade laboral e deficiência .....	604
7.1.2 - Requisitos para percepção da antecipação dos benefícios por incapacidade....	607
7.1.3 - Do interesse de agir em caso de indeferimento da antecipação do benefício....	608
7.1.4 - Dos requerimentos de antecipação e suas consequências em relação à fixação da DIB.....	612
7.1.5 - Das perícias judiciais em épocas de Covid-19 .....	613
7.2 - Do Auxílio-Inclusão introduzido pela Lei n. 14.176/2021 .....	618
Referências .....	621
<b>Anexos - SÚMULAS APLICÁVEIS AO TEMA .....</b>	<b>631</b>
Súmulas STF.....	631
Súmulas Vinculantes STF .....	632
Súmulas STJ .....	632
Súmulas TRF 3ª Região.....	632
Súmulas TNU.....	632
Súmulas Turma Regional de Uniformização 4ª Região.....	634
Súmulas Turma Recursal do Juizado Especial Federal de Campinas/SP .....	634
Súmulas Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Distrito Federal/DF.....	634
Súmulas Turma Recursal do Juizado Especial Federal de Minas Gerais/MG.....	634
Súmulas Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro/RJ .....	635
Súmulas Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Espírito Santo/ES.....	635
Súmulas das Turmas Recursais da 3ª Região (Consolidação das Súmulas da TR-SP e da TR-MS) .....	636
Súmulas Turma Recursal do Juizado Especial Federal de Santa Catarina/SC .....	637

Súmulas Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio Grande do Sul/RS .....	637
Súmulas Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Rio Grande do Norte/RN.....	637
Súmulas TST.....	639
Súmulas AGU.....	639
Enunciados do Conselho de Recursos da Previdência Social.....	640
Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAFEJ .....	640